

GOVERNO LULA

Petista faz a primeira reunião ministerial para alinhar o discurso na Esplanada e, também, reunir as sugestões que ganharão prioridade neste começo de governo

Ed Alves/CB/D.A Press



Presidente se reúne com os 37 titulares dos ministérios que compõem o governo. Ideia é eleger as prioridades para os 100 primeiros dias de administração

Ajuste no time para afinar as propostas

» VICTOR CORREIA
» INGRID SOARES



Vamos ver como é que vai ser a relação com o Congresso, com a sociedade, conversar sobre medidas que cada ministério está analisando a partir dos 100 dias. É um grande passo

Rui Costa, ministro da Casa Civil

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) preparou para esta manhã a primeira reunião ministerial com os 37 titulares que configuram a nova Esplanada. Além de dar boas-vindas aos novos chefes das pastas, o petista vai refinar as medidas a serem adotadas nos primeiros 100 dias de gestão. Esse é o único compromisso oficial do dia previsto na agenda do presidente, que segundo ele mesmo, “só tem horário para começar”.

Em vídeo divulgado, o ministro da Casa Civil, Rui Costa, comentou sobre os preparativos. Ele relatou que serão discutidos temas como a relação com o Congresso Nacional e interação com a sociedade. De acordo com o chefe da pasta, Lula irá colher sugestões de cada um dos presentes para o período de 100 dias. O político caracterizou a reunião como “um grande passo” para a união e reconstrução do Brasil.

Costa disse ainda que o presidente pretende se reunir com os 27 governadores do país neste mês para reforçar a relação federativa. “Vamos ver ainda como é que vai ser a relação com o Congresso, com a sociedade,

conversar um pouco sobre medidas que cada ministério está analisando a partir dos 100 dias e dos relatórios do GT de transição. É um grande passo de início de governo. É um grande passo para que o Brasil volte a se unir e seja reconstruído sob a liderança do presidente Lula”, apontou. Durante a semana, Lula despatchou do Planalto e se encontrou principalmente com os responsáveis pela articulação política como o chefe da Secretaria de Relações Institucionais, Alexandre Padilha; o ministro da Casa Civil, Rui Costa; e os líderes do governo no Congresso.

Alinhamento

Algumas dissonâncias entre os ministros causaram mal estar para o governo. O ministro da

Previdência, Carlos Lupi, gerou repercussão negativa ao anunciar estudo para revogação da reforma previdenciária implementada no primeiro ano do governo de Jair Bolsonaro.

“Quero formar uma comissão quadripartite. Precisamos discutir com profundidade o que foi essa anti reforma da Previdência”, declarou o ministro na terça, ao tomar posse. Ele também negou que a Previdência seja deficitária, prometendo prová-lo “com números”.

A fala gerou críticas por parte de membros do mercado financeiro, e o índice Ibovespa caiu 2% logo depois. Também preocupam o mercado a sinalização desencontrada de medidas sobre possível taxaço do Pix, fim do saque-aniversário do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço

(FGTS) e retomada de julgamento do Supremo Tribunal Federal (STF) que pode proibir demissões sem justa causa.

Integrantes do governo, porém, não falam em falta de alinhamento, mas de timing. Lula e o partido que ajudou a fundar, o PT, são contra a reforma da Previdência. O entendimento, na verdade, é que não há sustentação para se discutir o tema agora, o que foi estabelecido inclusive durante a transição. “Até a PEC da transição está dando esse problema todo, tratar de emenda previdenciária... Não é o momento adequado, não”, disse à época o ex-ministro José Pimentel, integrante da equipe técnica.

Ao defender de forma enfática a reforma, Lupi teria queimado a largada para tratar do tema. A prioridade do novo governo não é a da Previdência, mas sim as mudanças tributárias, que já estão em articulação no Congresso e têm boa aceitação pelos setores econômicos. O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, o vice-presidente e ministro do Desenvolvimento, da Indústria e do Comércio Exterior, Geraldo Alckmin, e a ministra do Planejamento e Orçamento, Simone Tebet, incluíram esse item em seus discursos de posse, sem repercussões negativas.

Filho de Dirceu é o novo líder do PT

» RAPHAEL FELICE

Cleia Viana/Câmara dos Deputados



Zeca Dirceu foi escolhido por unanimidade pela bancada do partido

O deputado federal Zeca Dirceu (PT-PR) foi escolhido como o líder da bancada petista na Câmara dos Deputados a partir do início da próxima legislatura, em 1º de fevereiro. O filho do ex-ministro José Dirceu foi definido de forma unânime, em uma reunião de bancada realizada ontem.

Zeca Dirceu faz parte do grupo interno conhecido como Construindo um Novo Brasil (CNB), que possui quadros a maioria dos filiados, como o atual líder petista da Casa, o deputado Reginaldo Lopes (MG). Como o grupo possui bom trânsito com o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), a estratégia da bancada é começar com deputados do grupo CNB para pleitear melhores negociações à mesa diretora e nas comissões a partir de 2025.

Nas redes sociais, o novo líder gravou um vídeo agradecendo à bancada pela escolha e reiterou o compromisso de apoiar o governo em suas pautas. “Quero reafirmar minha lealdade não só com a bancada e o partido, mas com o presidente Lula e todas as decisões que o governo que o povo

brasileiro vai precisar que nós juntos com os partidos aliados, com essa frente ampla vamos ter que construir, na Câmara, no Senado e no Congresso Nacional”, disse.

“Vamos montar um grande time com nossa federação e os demais partidos para avançar em decisão sua de fato tire o Brasil do mapa da fome, faça esse país gerar emprego e enreda, restabeleça a paz o diálogo, o

entendimento e que o Brasil possa voltar a crescer e ser respeitado por todo o mundo”, acrescentou o deputado.

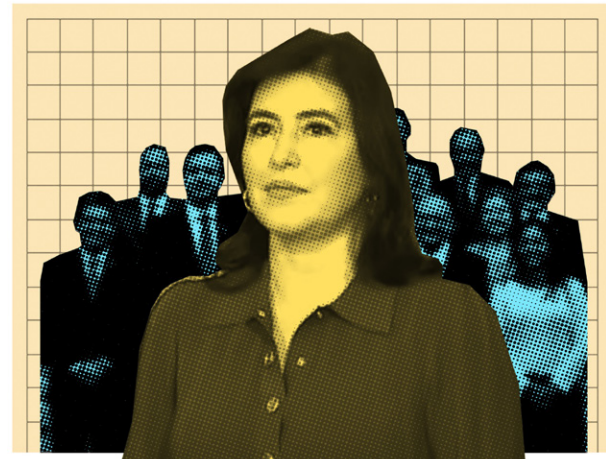
A reunião também já definiu as próximas lideranças — o PT costuma alternar o líder a cada ano. Em 2024, o líder será Odair Cunha (PT-MG, que também é faz parte do CNB. A partir de 2025, Lindbergh Farias (PT-RJ). Em 2026, Pedro Uczai (PT-SC).

NAS ENTRELINHAS

Por Luiz Carlos Azedo



Luizazedo.df@dabr.com.br



Simone no governo esvazia “terceira via”

Qual o significado principal da presença da ex-senadora Simone Tebet no governo Lula? Numa visão economicista, diríamos que servirá de contraponto liberal à política do ministro da Fazenda, Fernando Haddad, supostamente estatizante e sem compromisso com a responsabilidade fiscal, como apontam a maioria dos opositoristas que criticam o governo Lula por sua política econômica, desde antes mesmo de sua posse. Errado: a presença de Simone Tebet exerce um papel simbólico e político que transcende suas responsabilidades no Ministério do Planejamento e Orçamento: reforça o caráter de centro-esquerda da coalizão democrática de governo. Não é pouca coisa.

É óbvio que a política econômica do novo governo, que está em disputa, terá um papel decisivo para o posicionamento da elite econômica e da classe média que não apoiou Bolsonaro nem Lula no primeiro segundo turno, preferindo Simone Tebet ou Ciro Gomes (PDT). É óbvio que as propostas que avançam a linha de convergência da coalizão e as declarações desastradas sob pautas específicas dos novos ministros de Lula são um fator de acirramento de desconfianças em relação ao novo governo, que acaba associado ao fracasso da “nova matriz econômica” que levou à derrocada econômica o governo Dilma Rousseff. Mas a questão de fundo, mesmo para esses setores, é política: Simone no governo significa o esvaziamento da chamada “terceira via”, ou seja, da possibilidade de romper a polarização Lula versus Bolsonaro por meio de uma terceira alternativa de poder desde já.

Geraldo Alckmin (PSDB) e Marina Silva (Rede), com 4,76% e 1% dos votos, respectivamente, no primeiro turno das eleições de 2018, por experiência própria, se aperceberam do esvaziamento da “terceira via” a partir daquela eleição. O fracasso levou-os a apoiar Lula sem vacilar. O ex-governador paulista até trocou o PSDB pelo PSB para ter uma legenda que lhe permitisse aceitar o convite de Lula para ser seu vice. Da mesma forma, o então governador de São Paulo Rodrigo Garcia, que concorria à reeleição, diante do mesmo fenômeno, trabalhou fortemente para inviabilizar a candidatura do ex-governador João Doria pelo PSDB. Eduardo Leite (PSDB), mesmo com a desistência de Doria, optou para disputar um segundo mandato no governo do Rio Grande Sul, do qual havia até se desincompatibilizado. Ambos não acreditavam na terceira via e viriam a apoiar Bolsonaro no o segundo turno.

Coube a Ciro Gomes (PDT), um sobrevivente de 2018, quando obteve 12,47% dos votos, e a Simone Tebet (MDB) representar o projeto de “terceira via”, que novamente fracassou. Ciro Gomes teve a sua menor votação em quatro disputas: 3,04%. Simone surpreendeu na terceira colocação, mas com 4,6%, ou seja, menos de 1 voto para cada 20 eleitores. Como Lula havia batido na trave no primeiro turno e teve que fazer uma disputa dramática com o presidente Jair Bolsonaro, candidato à reeleição, no segundo turno, o apoio da candidata do MDB ao petista teve um papel decisivo, ainda mais porque Ciro Gomes se recusou a fazer campanha para Lula.

Divergências

Simone nunca foi uma real alternativa de poder, mas seu engajamento na campanha de Lula não somente contribuiu para que o petista aumentasse a votação e ganhasse a eleição, como lhe deu projeção política maior do que tivera no primeiro turno, principalmente por causa das mobilizações de rua, sozinha ou ao lado de Lula. Tanto do ponto de vista eleitoral, em razão da votação que obtivera, quando em razão do alinhamento político com Lula, que a convidou para o Ministério do Planejamento, as possibilidades de projeção política futura de Simone são maiores ao participar do governo. Sem manto nem apoio do MDB, na oposição, como desejavam alguns aliados que insistem na possibilidade de uma terceira via em 2026, perderia todo o protagonismo político. Além disso, colocaria ambição pessoal acima dos riscos que a democracia corre se contribuísse para desestabilizar o governo Lula.

“Nosso papel, sem descuidar da responsabilidade fiscal, da qualidade dos gastos públicos, é colocar o brasileiro no orçamento”, disse Simone, ontem, ao tomar posse no Ministério do Planejamento, consciente de seu papel no “governo do PT e da frente ampla democrática”. Ao fazê-lo, deixou claro que não renunciaria a convicções políticas: “Ministro Haddad, ministro Alckmin e ministra Esther, temos divergências econômicas”, disse.

Mas de onde vêm essas discordâncias? Dos economistas, que têm sérias divergências e visões de mundo, cada um com um modelo de economia na cabeça. A divergência fundamental está na avaliação do papel do mercado na superação dos problemas econômicos. Economistas neoliberais acreditam que se deixarmos o mercado funcionar livremente tudo se resolverá. Economistas conhecidos como keynesianos e estruturalistas apontam a incapacidade de os agentes resolverem grandes depressões, recessões prolongadas e promover a transformação estrutural para o desenvolvimento econômico. Economistas liberais ou “neoclássicos” acreditam no poder dos mercados para levar as sociedades a estados ótimos de bem-estar para as pessoas. Os “novo-keynesianos” acreditam no mercado no longo prazo, mas não no curto prazo.

Entretanto, é por causa dessas divergências que os políticos têm o poder de decisão sobre a política econômica. Suas escolhas são mais importantes do que as teorias econômicas. Quando Lula admite divergências entre seus ministros da área econômica, estabelece o contraditório e, a partir dele, aumenta sua capacidade de acertar nas decisões.